



DESCOBERTAS
DO BRASIL

Angélica Madeira
e Mariza Veloso
organizadoras

EDITORA



UnB

ENIGMA BRASIL

Este livro multidisciplinar compõe-se de diversos olhares curiosos e perspicazes de autores contemporâneos sobre os variados países-Brasil, imaginados por artistas e intelectuais ao longo do tempo, do período colonial à contemporaneidade. São onze ensaios – escritos por sociólogos, teóricos e estudiosos da literatura, antropólogos, lingüistas, críticos de arte, diplomatas, historiadores e artistas, alguns renomados, todos muito lúcidos e bem informados – a respeito de movimentos culturais e autores que pensaram, pintaram, romancearam, cantaram, filmaram o Brasil, dos pós-modernos ao Marquês de Lavradio, do Cinema Novo aos iluministas, dos românticos aos modernistas, de Euclides da Cunha a Guimarães Rosa, de Humberto Mauro a Nelson Pereira dos Santos e Glauber Rocha.

Dessa polifonia emergem tradições culturais muito distintas entre si, tanto dos autores dos ensaios quanto dos artistas, intelectuais e textos analisados. As visões se interpenetram, se contradizem e se influenciam mutuamente, trazendo para o centro do livro questões cruciais, rela-



DESCOBERTAS
DO BRASIL



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor
Lauro Morhy

Vice-Reitor
Timothy Martin Mulholland

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Diretor
Alexandre Lima

CONSELHO EDITORIAL

Presidente
Elizabeth Cancelli

Estevão Chaves de Rezende Martins, Henryk Siewierski,
Moema Malheiros Pontes, Reinhardt Adolfo Fuck,
Sérgio Paulo Rouanet, Sylvia Ficher



DESCOBERTAS DO BRASIL

Angélica Madeira e Mariza Veloso
organizadoras

EDITORA

UnB

Copyright © 2001 by Angélica Madeira e Mariza Veloso (organizadoras)

Impresso no Brasil

Direitos exclusivos para esta edição:

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

SCS Q. 02 Bloco C Nº 78 Ed. OK 2ª andar

70300-500 Brasília DF

Fax: (0__61) 225-5611

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Equipe editorial

Wilma Gonçalves Rosas Saltarelli *preparação de originais*

Gilvam Joaquim Cosmo, Wilma Gonçalves Rosas Saltarelli, Clarissa Falcão de Sant'Anna, Sonja Cavalcanti e Yana Palankof *revisão*

Sabrina Lopes *projeto gráfico e capa*

Elmano Rodrigues Pinheiro *produção gráfica*

Screen CTP e Fitolitos Digitais *fotolitos*

Editora e Gráfica Itamarati *impressão e acabamento*

Ilustração da capa: sobre a imagem "Descrição de todo o marítimo da terra de Santa Cruz, chamado vulgarmente o Brasil", de João Teixeira Albernaz, 1640. Arquivo do Ministério das Finanças, Lisboa.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

Descobertas do Brasil / Angélica Madeira e Mariza Veloso (organizadoras)
Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001.
340 p.

ISBN: 85-230-0606-0

1. História do Brasil. 2. Cultura Brasileira. I. Madeira, Angélica.
II. Veloso, Mariza.

CDU 981

AGRADECIMENTOS

Um trabalho deste porte e desta natureza não poderia ser realizado sem o esforço e a colaboração de pessoas e instituições que o tornaram viável e concreto.

Agradecemos ao Embaixador Lauro Moreira, Presidente da 1ª Comissão para as Comemorações do V Centenário da Descoberta do Brasil, por seu empenho primordial em construir uma base para a reflexão crítica e multidisciplinar sobre a Cultura Brasileira.

Ao Secretário Tarcísio Costa, Secretário Executivo da mesma Comissão, interlocutor intelectual e entusiasta das idéias que orientaram este projeto.

A Maria Lucia Verdi, Assessora Especial da Comissão, que, em momentos de dificuldades e incertezas sobre a continuidade deste projeto, assumiu, de forma decisiva, a coordenação dos trabalhos.

Gostaríamos de agradecer ainda a todos aqueles que participaram da execução, desde seu início até sua concretização em forma deste livro.

Nosso reconhecimento a todos os colegas que aceitaram participar desta coletânea, com suas idéias originais, resultado de pesquisas extensas e exaustivas, mesmo tendo sido mudadas a natureza e as condições iniciais.

As organizadoras

SUMÁRIO

Apresentação	9
Brasil-Colônia: Deslocamento e Hibridismo	
Molduras para o Período Colonial Brasileiro: uma agenda de pesquisa Angélica Madeira e Mariza Veloso	23
No Brasil Colonial, "um é o outro": etnocentrismo e relativismo no olhar do Marquês de Lavradio Mary Del Priore	53
Combates da razão: luzes e pombalismo entre os mineiros Fábio Lucas	77
O Brasil Moderno: Literatura e Sociedade	
Oralidade, romance e pedagogia de leitura no romantismo brasileiro Marisa Lajolo	89
Os sertões entre dois centenários Roberto Ventura	109
Caio Prado: modernista, contemporâneo Mariza Veloso e Angélica Madeira	125
A redescoberta do Brasil nos anos 1950: entre o projeto político e o rigor acadêmico Lúcia Lippi Oliveira	139

Ensaio

grandesertão.br ou: A invenção do Brasil Willi Bolle	165
---	-----

Arte e Cultura

A sonoridade brasileira Luiz Tatit	239
---------------------------------------	-----

O Brasil traduzido no cinema Flávio Goldman	273
--	-----

A construção da identidade nacional na arte dos anos 1960 e 1970 Murilo Fernandes Gabrielli	293
---	-----

Sobre os autores	325
------------------	-----

Créditos das imagens	327
----------------------	-----

**O BRASIL MODERNO:
LITERATURA E SOCIEDADE**



OF BRASSIL MODERN
ON RATIONAL FOOTWEAR

CAIO PRADO: MODERNISTA, CONTEMPORÂNEO

Angélica Madeira e Mariza Veloso

Revisitar Caio Prado faz parte de um esforço de exame de obras e autores considerados clássicos para a compreensão do processo histórico por meio do qual se constituíram a cultura e a sociedade brasileiras. A leitura que propomos de sua obra dá seguimento a uma preocupação que já orientou a abordagem de Gilberto Freyre e de Sérgio Buarque de Holanda (Veloso e Madeira, 1999). Estes autores lançam mão do argumento histórico, privilegiando o estudo do período colonial, interpretado como o momento no qual se construíram as bases de nossas instituições políticas e econômicas, assim como os hábitos, as tradições e os padrões de sociabilidade que se arraigaram, reemergindo ao longo da história da sociedade brasileira.

Pelos novos debates que introduzem no campo intelectual da época, pela reviravolta na maneira de pensar o Brasil – tornando positivo o que antes era visto como mazela, localizando os pontos sensíveis de nossa formação social –, aqueles autores acreditavam que o recurso ao argumento histórico permitiria elucidar e fazer a crítica de nossas deficiências, desmanchar estereótipos, localizar os verdadeiros empecilhos para as perspectivas de futuro.

Ao vincularem suas práticas científica e política, esses pensadores modernistas voltaram-se para o passado com o objetivo de compreender e contribuir para a erradicação dos males do presente e abrir caminhos para a construção de práticas sociais afinadas com os valores modernos.

Nesse sentido, são pioneiros, por inaugurarem uma perspectiva crítica sobre o empreendimento colonial sem, no entanto, deixar de valorizar aspectos da cultura lusitana transplantada às terras da América. Dos três, Sérgio Buarque é o mais crítico, ao evidenciar a precariedade e a origem de nossos hábitos e instituições políticas; Gilberto, o mais condescendente, em sua interpretação da contribuição da cultura do colonizador para o processo de mestiçagem e hibridação cultural que se deu no Brasil; e, finalmente, Caio Prado, que não podia deixar de ser crítico, ao utilizar, de forma pioneira entre nós, o método materialista e dialético para analisar as práticas econômicas estabelecidas na Colônia, no Império e na República, sempre decorrentes de demandas externas, em todos os seus "ciclos". A própria idéia de "ciclo" advém da estrutura e da dinâmica definidas pelas relações entre a Colônia e a Metrópole. Caio

Prado chega a determinar esse ponto nevrálgico, fundamental para a compreensão da sociedade brasileira, cujas formas de produção e reprodução se encontram definidas por centros hegemônicos do capitalismo internacional.

Caio Prado foi eleito entre os "explicadores" anteriormente citados por representar um pensamento radical na interpretação do Brasil e por ser um autor situado na transição entre o ensaio sócio-histórico e as obras estritamente científicas.

A originalidade e a consistência de suas análises levaram-nos a destacá-lo neste breve artigo. Deve-se esclarecer, no entanto, que não se trata de tomar a totalidade de sua obra, nem se pretende dialogar de modo completo com sua fortuna crítica.

No contexto do pensamento brasileiro, Caio Prado é um exemplo de intelectual que vincula, de modo original, ciência e política, por acreditar que o conhecimento é condição necessária às transformações sociais. Caio Prado possui uma compreensão da *práxis* humana como a ação material por meio da qual os sujeitos estão sempre modificando a realidade objetiva e transformando-se a si mesmos.

Como marxista, adota uma consciência crítica, acreditando sempre na transitoriedade e na superação tanto do conhecimento quanto das condições reais, a partir das quais os grupos humanos fazem e escrevem a história. Assim, mantém sua vigilância metodológica, não tomando o objeto da história como algo já dado, um produto reificado. Ao contrário, o autor busca obstinadamente compreender o passado para renovar a inteligência do presente e projetar perspectivas de mudanças no desenvolvimento do processo histórico.

Intelectual destemido e independente, não só quanto às idéias geradas nas metrópoles, mas também quanto àquelas predominantes em seu país e em seu tempo, Caio Prado sempre manteve um distanciamento e uma atitude crítica em relação à utilização de modelos externos para compreender o Brasil. Suas polêmicas com o marxismo ortodoxo representado pelo Partido Comunista Brasileiro, à época, foram extremamente fecundas para a reflexão futura sobre a realidade agrária brasileira, quando as dissensões incidiam sobre a interpretação da estrutura (feudalismo versus capitalismo); ou sobre a suposição da existência de "etapas" necessárias ao desenvolvimento histórico.

A obra de Caio Prado é extensa, abarcando livros de interpretação histórica, outros de reflexão teórico-metodológica, relatos de viagem, artigos em jornais e revistas. Não pretendemos abarcá-la em sua totalidade. Caio Prado teve uma formação intelectual primorosa – estudou no Colégio São Luís, SP; estudou na Inglaterra; formou-se em Direito no Largo de São Francisco –, o que lhe permitiu enveredar, como historiador, pelos campos da economia, da política, da sociologia e da filosofia. Focalizaremos aqui apenas *Evolução*

política do Brasil (1933) e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), por serem consideradas obras inaugurais e por estarem situadas no horizonte do modernismo brasileiro das décadas de 1930 e 1940.

CAIO PRADO, MODERNISTA

Caio Prado partilha com os modernistas numerosas características, entre elas a consciência de estar contribuindo, de alguma forma, para estabelecer uma ruptura na maneira de pensar sobre o Brasil. Ruptura, no plano do conhecimento, na historiografia, pela desmistificação de narrativas consagradas pelo interesse pela história dos grupos subalternos. Ruptura com as ideologias que o antecederam – climáticas e racialistas –, pondo em seu lugar a explicação materialista da história, desvendando, pela análise do tipo de colonização e pelas práticas econômicas aqui implantadas, a dinâmica da vida social da Colônia. Esta é analisada sempre a partir de sua relação com a Metrópole, estando em posição dependente de forma estrutural.

A obra de Caio Prado reflete sua formação intelectual, as afinidades eletivas e as idéias que partilha com os outros intelectuais modernistas. A já referida idéia de ruptura possui expressivo significado em sua trajetória existencial e atividade intelectual que, como já foi dito, se encontram nele entrelaçadas. Rompe com valores e idéias de sua classe de origem – a burguesia; rompe com a concepção dominante de escrita da história, inaugurando um diálogo sistemático com o pensamento marxista e, ao mesmo tempo, com as fontes documentais e historiográficas. Reinterpreta os fatos, extraindo deles uma lógica, para a compreensão do processo histórico, iluminando-o com uma nova teoria e um novo método. Rompe com a ideologia burguesa do progresso, com a suposição de continuidade entre passado, presente e futuro. Para ele, o conhecimento e a realidade constituem-se como processos interligados e inacabados, em permanente transformação.

A escrita da história não comportaria uma reconstrução pura e simples do passado, uma história descritiva, como a praticaram seus antecessores, desde o século XIX, Varnhagen, Rocha Pombo, Capistrano de Abreu. Distancia-se também da historiografia materialista triunfalista, progressista e teleológica, buscando compreender a história como revelação de um possível, e não como desenvolvimento de etapas necessárias. Sua concepção de história permite selecionar um momento de "síntese de sentido" – como a transição do século XVIII para o XIX no Brasil –, um momento denso no qual todas as contradições da dinâmica social se deixam ver e permitem, ao historiador-sociólogo, localizar as conexões essenciais ao processo histórico, delimitando recortes e momentos

estruturais para o estudo da sociedade brasileira. O novo conceito de história introduzido por Caio Prado permite-lhe compreender as *relações de produção* e as *forças produtivas* concretamente existentes na sociedade, forças essas que engendram as contradições específicas responsáveis pela transformação histórica.

Para ele, um fato histórico significativo é aquele que desencadeia mudanças nas estruturas sociais. Os temas que interessaram a Caio Prado – a colonização, a escravidão, a questão agrária, os movimentos sociais, a revolução burguesa – revelam seu intento de designar, na trajetória histórica brasileira, os nódulos de estagnação e arcaísmos, assim como os focos de libertação e renovação. Caio Prado consolida, ao longo de sua obra, como intelectual e homem público, uma tradição de pensamento crítico e radical, como Manoel Bonfim e Euclides da Cunha, buscando identificar as forças que impedem a construção de uma ordem social mais justa (Candido, A., 1995).

Caio busca as brechas para a transformação da sociedade, daí o valor atribuído ao conceito de experiência, o que o aproxima mais uma vez dos modernistas, como Mário de Andrade ou Gilberto Freyre, ao realizar suas pesquisas de campo, tornando-se um viajante compulsivo, um perquiridor atento da realidade brasileira.

Trocava com muita freqüência o gabinete, a biblioteca e os convites para as academias pela pesquisa de campo e pelas viagens de observação: “Chega uma hora” – ensina ele – “que é preciso fechar os livros e partir para o conhecimento da realidade, levantando os problemas *in loco*” (Homem, 1989, 49).

Assim, também partilha com os modernistas a sensibilidade pela imagem, buscando inserir os fatos observados em uma paisagem ao mesmo tempo natural e cultural, fazendo para isso uso sistemático da fotografia. Caio Prado torna-se exímio fotógrafo, revela seus próprios filmes, cataloga-os com capricho, e estes se tornam um de seus instrumentos de trabalho mais preciosos.

As viagens eram para ele ocasiões de revelação e, ao mesmo tempo, serviam para reforçar a idéia de missão, outro traço comum aos modernistas. Nenhuma destas palavras – revelação, missão – possui qualquer dose de conotação espiritualista, remetendo-se preferencialmente ao universo da experiência concreta que envolve tanto o pesquisador quanto o objeto da pesquisa. Nesse sentido, compreender as relações objetivas do processo de trabalho – o trabalhador, o objeto e o meio utilizado – permite definir o modo de transformar a natureza e a configuração social, o desenho específico adotado por cada cultura e cada sociedade. Por isso, interessa-lhe pensar sobre os grandes ritmos da história, o modo de ocupação do território e também sobre os instrumentos de trabalho e toda a cultura material em seus mínimos detalhes, tal como aparece no modo de habitar e de viver o cotidiano registrado em seus livros.

Ao desvendar as relações sociais a partir da concretude das relações econômicas, Caio Prado esclarece como se orienta – em que sentido, em que direção – o processo histórico que determina o modo de ser da sociedade brasileira.

A categoria experiência torna-se importante para toda uma tradição da filosofia da história, que enfatiza as experiências coletivas, como um *locus* privilegiado de observação da diversidade social e histórica. No entanto, a diversidade da experiência só poderá ser observada de maneira adequada quando inscrita em uma totalidade que imprime, ao mesmo tempo, a dinâmica e a singularidade de cada experiência histórica.

A categoria experiência permitiu aos modernistas vincular também a experiência particular e subjetiva – a biografia do indivíduo – aos movimentos decisivos da história.

A experiência é valorizada por Caio Prado enquanto história vivida e encarnada, daí seu esforço intelectual para compreender a totalidade da história brasileira, observando seus grandes ritmos e seus espaços diferenciados, buscando distanciar-se das concepções homogêneas, totalizantes, que predominavam em seu tempo.

Segundo Octávio Ianni:

Há muito de experiência vivida, de inquietações e esperanças, na sobriedade contida e tensa com que Caio Prado constrói sua escritura e interpretação. Focaliza a realidade social e histórica desde as diversidades, desigualdades e contradições que fundam os seus movimentos (Ianni, 1989).

A valorização da experiência como história vivida leva-o a observar outros movimentos da história, as revoltas e as rebeliões populares e das classes médias, a contraparte da historiografia baseada em datas e nomes e na repetição, sem interesse, da história das manobras políticas, principalmente durante o período regencial. Torna-se assim um pioneiro dos estudos sobre os movimentos sociais rurais e urbanos no Brasil. Ao interpretar os levantes populares que ocorriam na capital e as revoluções nas províncias, como a dos *Cabanos* (Pará, 1833-1836), a *Balaçada* (Maranhão, 1833-1841), e a *Praieira* (Pernambuco, 1842), Caio Prado busca compreender os momentos de mudanças, aqueles nos quais era possível prenunciar algum lampejo revolucionário, quando as massas teriam tido um papel político ativo. Para as insurreições da época, encontrava a mesma causa: “a luta das classes médias, especialmente a urbana, contra a política aristocrática e oligárquica das classes abastadas, grandes proprietários rurais, senhores de engenho e fazendeiros, que se implantara no país” (Prado, 1983, 1. ed. 1933).

A totalidade é, portanto, categoria fundamental do pensamento de Caio Prado. Ela permite-lhe explicar a diversidade da experiência histórica, observá-la de modo adequado por vê-la inscrita nessa totalidade que se exprime na dinâmica e na singularidade das experiências coletivas. A sociedade brasileira é analisada, assim, a partir de sua estrutura social, na qual cada parte contém, na forma mais imediata de sua expressão material, a força da totalidade. Em *Formação do Brasil contemporâneo*, Caio Prado tinha como meta principal analisar “o conjunto de caracteres e elementos econômicos, sociais e políticos que constituem a obra aqui realizada pela colonização e que resultaram no Brasil” (Prado, 1994).

Segundo Maria Odila Silva Dias, “...é sugestiva esta totalidade que o historiador se propõe abarcar e que descarta qualquer vezo de interpretação economicista, pois almeja o arcabouço social sem dissociar o econômico do social, do político, do psicológico, da mentalidade” (Dias, 1989). Nas interpretações de Caio Prado, as formas de pensamento, os modos de vida, de trabalho, de sentir e de agir estão articulados. No seu entender, totalidade histórica não significa um sistema homogêneo no qual predomina o consenso. Ao contrário, ao analisar a realidade brasileira por meio de suas engrenagens econômicas e sociopolíticas profundas, realça as incongruências, os conflitos mais agudos daquela totalidade histórica chamada Brasil. Como captá-la como um todo sem ter de recapitular todos os fatos? Caio Prado postulava que era preciso resgatar o passado não necessariamente de modo exaustivo, mas seletivamente, a partir do presente.

Tal como outros modernistas, Caio Prado quer compreender a sociedade brasileira por inteiro e, ao se deparar com as distorções, enfrenta-as e desvenda a sua lógica, mostrando a gênese histórica, por meio da qual se constituíram. É assim que organiza o plano de *Formação do Brasil contemporâneo*, sua obra mais comentada e resenhada, justamente por trazer uma contribuição expressiva, por conter os aspectos mais inovadores do empreendimento intelectual do autor.

O historiador parte do suposto de que há um “sentido” da colonização e não se preocupa em fazer uma reconstrução linear e pormenorizada da história do Brasil. Busca, sim, fixar-se no estudo de momentos do percurso histórico que representam uma “síntese” do modo de constituição da sociedade brasileira. Momentos densos em que duas épocas se embatem – fim da Colônia e início do Império (final do século XVIII e início do século XIX) –, quando emergem as contradições e os principais conflitos, quando a sociedade brasileira ensaia propósitos de mudança e de formação da nacionalidade.

Ao revisitar o passado, Caio Prado escolhe esses momentos de “intensidade” ou momentos que possam representar uma “síntese de sentido”, crista-

lizações capazes de apontar para transformações sociais. Octávio Ianni, ao interpretar a obra de Caio Prado, identifica três processos fundamentais para se compreender o Brasil contemporâneo.

Segundo Ianni (1989), esses processos

revelam como o presente se articula com o passado próximo e remoto. Sintetizam-se nos seguintes termos: o sentido da colonização, o peso do regime de trabalho escravo e a peculiaridade do desenvolvimento desigual e combinado (Ianni, 1989:66).

Segundo Ianni, na interpretação dialética da história, a reflexão lida principalmente com as relações, os processos e as estruturas que constituem as configurações sociais do mundo vivido. Configurações essas que se expressam em realidades sociais, econômicas, políticas, culturais e outras, conforme a época, o lugar e as condições concretas de existência. As figuras históricas, as cronologias e as façanhas registradas na historiografia oficial são recriadas à luz dos modos de viver e trabalhar. Trata-se de compreender as formas de produzir e consumir, mandar e obedecer, ser e pensar, que constituem e explicam as épocas históricas conhecidas como Colônia, Império e República.

Sem deixar de levar em conta as peculiaridades das conjunturas, a pesquisa que realiza busca descobrir os contornos e os movimentos estruturais que caracterizam as principais configurações históricas da vida nacional. Assim, os fatos gerais e singulares estão conectados, e daí advém seu sentido. Tanto revelam-se em termos críticos ou antagônicos, como ganham forma e direção (Ianni, 1989).

Assim, toda geração modernista pode ser considerada como precursora da crítica pós-colonial contemporânea, ao propor uma releitura da história que reinterpreta as narrativas canônicas, escritas a partir de um ponto de vista europeu, criticando as fontes históricas e apontando outras causas para explicar nossas deficiências e nossos desajustes, identificando, no caso de Caio Prado, na vocação externalista da atividade econômica, realizada por meio do latifúndio, da monocultura e do trabalho escravo, o tripé, a estrutura que sustenta o próprio sistema capitalista, interpretado a partir da posição colonial.

PRINCIPAIS EIXOS INTERPRETATIVOS DA OBRA DE CAIO PRADO

O primeiro eixo é o que expõe todas as conseqüências da explicação de nossa posição colonial a partir do capitalismo mercantil dos séculos XVI e XVII. "A finalidade do mercantilismo é clara: fomentar a acumulação de capital na metrópole e subordinar a colônia a esses interesses" (Prado, 1994:95). É este

o eixo que traça o "sentido", segundo Caio Prado, base para a interpretação da história do Brasil. A Colônia é o período que se rebaterá sobre todas as outras fases da história política brasileira, imperial e republicana. Mesmo com o advento da Independência e do imperialismo britânico, mesmo com a complexificação das forças produtivas e com a instauração de instituições modernas, o sentido da colonização continua válido para explicar muitas características da sociedade brasileira, especialmente a vocação externalista de sua economia.

Segundo Caio Prado, o Brasil organizou-se como "colônia de exploração", especializando-se na produção agrícola para exportação e direcionando toda a estrutura agrária para este objetivo. Sua análise demonstra que a sociedade é marcada por esse tipo de estrutura fundiária, caracterizada pela grande propriedade rural, pelo instituto da escravidão e pela monocultura voltada para suprir a demanda por gêneros consumidos pelos mercados externos (Prado, 1994).

O latifúndio possui um caráter dual: por um lado, organiza-se para responder aos mercados externos, totalmente alheios às necessidades da população local; por outro, o próprio latifúndio gera, como contrapartida, um tipo de agricultura de subsistência de baixo nível tecnológico e de baixa produtividade. O trabalho desenvolve-se sempre sob condições de dependência dos grandes proprietários rurais. A grande propriedade e a exploração extensiva da terra moveram toda a economia colonial, deixando como conseqüência, por um lado, a concentração de terras e rendas e, por outro, a precariedade de condições para a maioria da população brasileira. A falta de preparo profissional, em todos os níveis, o baixo nível de desenvolvimento tecnológico e a baixa consciência de classe também podem ser vistos como decorrentes daquelas características adquiridas no período colonial.

O sentido da colonização aponta para a existência da Colônia em função da Europa e, mais concretamente, para a organização da base produtiva com a finalidade de fornecer produtos primários para o mercado internacional.

Segundo a interpretação de Caio Prado, essa direção traz duas conseqüências marcantes para a sociedade brasileira: a existência de uma classe dominante minoritária e de uma maioria escravizada ou sem expressão social e a submissão das colônias aos interesses econômicos e políticos da Metrópole.

A escravidão é uma das instituições mais perversas da sociedade colonial por gerar uma super-exploração (*sic*) da força de trabalho, embrutecer e negar qualquer possibilidade de organização social e política permitindo apenas a constituição de "laços sociais precários, rudes e primários" (Prado, 1994).

A escravidão deixou uma herança profunda e nefasta para a sociedade brasileira, pois a impossibilidade de constituição de uma consciência política e a falta de mecanismos para inserir os escravos recém-libertos na estrutura produtiva, após a Abolição, lançaram-nos na esfera do "inorgânico", à qual pertencem todos os excluídos e os homens livres sem inserção social, para quem está vetada qualquer forma de participação nos destinos da vida coletiva.

Outra consequência negativa da escravidão é a desvalorização do trabalho e a institucionalização do arbítrio e do favor, o que ficará marcado na cultura política e nas práticas econômicas. Em passagem esclarecedora, sintetiza Octávio Ianni:

A escravatura foi a única coisa organizada da sociedade colonial. E assim entrou pelo século XIX. Tudo o mais dependeu maiormente dela. O que não era baseado no trabalho escravo ou dependente dele tendia a ser menor, secundário, irrelevante, ou um produto das oscilações, avanços e retrocessos do regime escravista. Foram séculos de escravatura, determinando a organização do trabalho e vida, a economia, política e cultura. Os séculos de trabalho escravizado produziram todo um universo de valores, padrões, idéias, doutrinas, modos de ser, pensar e agir. (...) O "norte" da sociabilidade e do poder, da economia e política, da cultura e ideologia estava assinalado pelo escravismo (Ianni, 1989).

E, segundo o próprio Caio Prado:

Assim, no campo como na cidade, no negócio e em casa, o escravo é onipresente. Torna-se muito restrito o terreno reservado ao trabalho livre, tal o poder absorvente da escravidão. E a utilização universal do escravo nos vários misteres da vida econômica e social acaba reagindo sobre o conceito de trabalho, que se torna ocupação pejorativa e desabonadora (Prado, 1994:277).

A leitura feita por Caio Prado da formação social brasileira da época colonial enfatiza o papel do escravismo moderno que transforma o escravo em instrumento para a realização da produção. A escravidão moderna deve ser interpretada assim como integrada ao sistema capitalista, como um meio de produção, contrariamente à interpretação que buscava ver um tipo de feudalismo no início da Colônia.

A questão agrária sempre o preocupou: não somente o tamanho das propriedades e a política de posse da terra, como também os instrumentos produtivos e as relações de produção que se estabeleceram na zona rural brasileira. A forma de ocupação do território determinou algumas características: grande exploração agrícola, trabalho escravo, inexistência de urbanização e dependência do mercado externo. A finalidade que norteava a ação do Estado português era obter lucros contendo despesas.

O governo português viabilizou uma colônia de exploração através de grandes extensões de terras – as sesmarias – doadas aos colonos que, por sua vez, entravam com os recursos necessários para o cultivo. Apesar disso, o nível de desenvolvimento tecnológico sempre foi baixíssimo ao longo de todo o período colonial, sendo que a produtividade do empreendimento era garantida pela superexploração e não pela implementação de melhorias técnicas no processo produtivo. Mesmo assim, a estrutura agrária prevalecente na Colônia inviabilizava a pequena propriedade e o trabalho livre, o que ensejou a constituição de um setor já referido como o *inorgânico* no âmbito da sociedade, setor responsável pelos chamados “desclassificados sociais”.

Caio Prado tematiza da seguinte forma a questão: “De um lado os proprietários rurais, a classe abastada dos senhores de engenho e fazenda; doutro, a massa da população espúria dos trabalhadores do campo, escravos e semi-livres” (Prado, 1994:271).

Uma questão atravessa e estrutura todo o livro *Formação do Brasil contemporâneo*: a existência de dois núcleos opostos na sociedade: o núcleo orgânico do sistema colonial de produção propriamente dito, localizado na grande lavoura escravista do litoral, e sua periferia inorgânica, formada por uma imensa população que se espalha pelo interior do território.

As vicissitudes (*sic*) do inorgânico, as forças sociais de aparente fragmentação e subordinação da sociedade colonial aparecem como o fulcro central das elaborações do autor – processo necessariamente árduo e difícil de formação da nacionalidade que nasce de um antagonismo básico (Dias, 1989).

O tema da formação do setor inorgânico da sociedade é central na obra de Caio Prado e visto como o outro pólo do sistema colonial constituído pela relação senhor – escravo, necessário para apreender a totalidade daquele sistema. De acordo com a argumentação do próprio Caio Prado:

No alvorecer do século XIX, a massa da população brasileira ainda é constituída por escravos ou recém-egressos da escravidão, ou então, por indivíduos deslocados, sem posição econômica e social definida e fixa; essencialmente instáveis (Prado, 1994:120).

Segundo Maria Odila Silva Dias (1989),

a formação do inorgânico conduziu a uma série de impasses estruturais que se repetiram ao longo de nossa história, enquanto fragmentação e dificuldades de articulação sócio-econômica e política. Incapazes de articulação, enquanto categoria de desclassificados, sem elos com a produção não geraram formas próprias que lhes permitissem definir-se enquanto classe social propriamente dita. (...)

Desordem e subordinação constituem o assunto mais importante do autor ao elaborar as contradições da dependência colonial e os obstáculos que esta dependência opunha à transformação da colônia em nação (Dias, 1989:386).

Aos eixos temáticos anteriormente apontados, recorrentes na obra de Caio Prado, somam-se outros, como o patriarcalismo, o coronelismo, a estrutura agrária perversa e o baixo nível de desenvolvimento tecnológico, o que abre as perspectivas para uma leitura política, permitindo identificar a sólida contribuição que trouxe para a interpretação da cultura brasileira, de forma politizada tal qual aparece em sua obra. Caio Prado nunca perde de vista o processo histórico da constituição dessa cultura.

Caio Prado faz parte de uma tradição de interpretações da sociedade brasileira que evidencia alguns traços recorrentes que, uma vez forjados no período colonial, têm mantido vigência até os dias atuais. O complexo patriarcal e rural de nossas primeiras formações sociais reforçou as relações de caráter familiar e privado e um modelo de individualismo personalista que resistem à neutralidade das leis gerais e dificultam a construção de um espaço impessoal a partir do qual se possa organizar a vida pública e uma comunidade propriamente política.

A formação rural, patriarcal e a escravidão modelaram padrões de relacionamento social, criaram uma aguda ambigüidade entre os domínios do público e do privado e permitiram uma aproximação muito estreita entre as noções de *direito* e *privilégio*.

Desde o seu início, a sociedade organizou-se a partir dessa cisão marcante entre as classes sociais. O modelo de relações baseado no autoritarismo e na subserviência, desenvolvido entre senhores e escravos, será mantido de forma persistente ao longo da história, restringindo, de diferentes maneiras, a participação das classes subalternas na vida pública. Além dessa disjunção entre senhores e escravos, o grupo social já referido como o "inorgânico" em tudo dependia dos favores dos senhores e padrinhos. Isso resultou em um *ethos* de relação política arraigado entre nós e conhecido como *cultura do favor*.

A sociedade brasileira é marcada pela cisão entre, por um lado, uma ordem baseada em valores individualistas e modernos e, por outro, uma ordem baseada em valores tradicionalistas e hierárquicos. Por estar a sociedade organizada em bases desiguais e excludentes, os direitos civis, por exemplo, desde o período colonial até hoje, nunca puderam se efetivar e se generalizar.

O vínculo estabelecido por Caio Prado entre economia, política e cultura permite desvendar, ao mesmo tempo, as contradições e os impasses políticos e sociais, compreendidos como mútua e dialeticamente referidos.

CAIO PRADO, HOJE

A atualidade de Caio Prado é inegável. O argumento principal que orienta sua análise da sociedade brasileira – o sentido da colonização – mantém grande capacidade explicativa por permitir, na esteira e por sugestão de Marx, essa reversão de perspectiva na interpretação da história mundial, vista a partir da periferia.

Sua preocupação permanente em articular a dinâmica econômica, política e social, em suas dimensões interna e externa, leva-o a ser um precursor das práticas teóricas hoje incluídas no campo da chamada crítica pós-colonial. A compreensão das formações nacionais em suas relações com o capitalismo internacional, hoje em sua fase dita “de globalização”, encontra-se nos estudos de Caio Prado.

São do autor as seguintes palavras, escritas em 1954, mas que poderiam ter sido escritas hoje:

O Brasil viveu no curso de toda sua história, e ainda vive em função das flutuações de mercados longínquos que podem fazer a sua fortuna ou miséria. Somos obrigados a sofrer as vicissitudes de uma conjuntura completamente estranha (Prado, 1954).

Sua análise permite também localizar com justeza a gênese das classes sociais brasileiras, focalizando não só os trabalhadores e proprietários, mas também os marginalizados e as vicissitudes históricas que constituíram este setor hoje chamado o setor dos excluídos da sociedade. Caio Prado interpreta-o como resultado da dinâmica do capitalismo internacional, sempre levada em consideração em suas análises da conjuntura interna do Brasil.

Outro tema recorrente tratado pelo autor e que demonstra sua sensibilidade e capacidade de antecipar um dos debates mais cruciais do nosso tempo é o da ocupação do território que o conduz diretamente à questão do meio ambiente. A categoria natureza não é entendida como a reprodução de leis imutáveis às quais os seres humanos devessem se adaptar. Caio Prado historiciza a geografia e compreende o povoamento como um processo social concreto. Seus estudos permitem desvendar as relações dialéticas que se estabelecem entre o homem, o meio e os objetos de trabalho. A abordagem dessa questão – a partir de uma perspectiva marxista – permite-lhe preannunciar, como já foi dito, o conceito de meio ambiente, que enfatiza a relação entre os agentes sociais e a natureza que os circunda.

Caio Prado é um dos maiores críticos do modelo predatório da relação com a natureza que se estabeleceu nas colônias tropicais de exploração agrícola. Aponta para os danos sociais provocados pelo latifúndio, pela organização

do trabalho no interior da estrutura agrária, pelas práticas econômicas que se estabeleceram no período colonial. Denuncia a devastação das matas em todas as zonas onde se tinha implantado a colonização, pelo consumo indiscriminado da lenha, sobretudo por parte dos engenhos de açúcar que deixavam verdadeiros desertos à sua volta. Muitas vezes, comenta Caio Prado, a lenha tornava-se escassa, e a falta do único combustível utilizado fazia com que os engenhos cessassem suas atividades.

A devastação da mata em larga escala ia semeando desertos estéreis atrás do colonizador, sempre em busca de solos frescos e que não exigissem maior esforço de sua parte (Prado, 1994).

O tema do meio ambiente é o fio que o conduz à questão do atraso tecnológico, sobretudo quando compara os meios de trabalho e constata que em outras colônias, inglesas, francesas e holandesas, já se usava o bagaço como combustível, e, nos Estados Unidos, máquinas como o descaroçador provocavam revoluções na produção do algodão. Todos os inventos agrícolas que surgiram ao longo do século XVIII foram ignorados pelos brasileiros, mesmo os considerados os mais cultos e esclarecidos da época. Aqui, os instrumentos básicos de trabalho continuariam a ser a enxada e o arado, o braço humano e a força animal. A crítica desse estado de coisas recai sobre a dificuldade de circulação de idéias e do espírito estreito reinante no Brasil-Colônia:

O nível cultural da colônia era da mais baixa e crassa ignorância. Os poucos expoentes que se destacavam pairam num outro mundo, ignorados por um país que não os podia compreender (Prado, 1994:140).

Muitas conseqüências poderiam ser tiradas deste trecho de Caio Prado: ele próprio, intelectual e ator de uma geração que mudou radicalmente a interpretação do Brasil, deveria compartilhar deste sentimento de incompreensão, comum aos intelectuais que produzem suas idéias em condições periféricas. Daí a dedicação de uma vida a uma causa que, acreditava ele, poderia reverter as condições de produção da história.

Referências bibliográficas

- CANDIDO, Antonio - "Radicalismos". In *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- DIAS, Maria Odila L. S. "Impasses do inorgânico". In: D'Incao, Maria Angela (org.). *História e ideal – ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo: Brasiliense/Unesp, 1989.
- D'INCAO, Maria Angela (org.). *História e ideal – ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo: Brasiliense/Unesp, 1989.
- HOMEM, Maria Cecília N. "Do palacete à enxada". In: D'Incao, Maria Angela (org.). *História e ideal – ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo: Brasiliense/Unesp, 1989.
- IANNI, Octávio. "A dialética da História". In: D'Incao, *op. cit.*
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise no Antigo Regime Colonial – 1777-1808*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- PRADO JR., Caio. *Diretrizes para uma política econômica brasileira*. São Paulo: Urupês, 1954.
- _____. *Evolução política do Brasil* (1. ed., 1933). São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. *Formação do Brasil contemporâneo* (1. ed., 1942). São Paulo: Brasiliense, 1994.
- VELOSO, Mariza e MADEIRA, Angélica. *Leituras brasileiras. Itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

SOBRE OS AUTORES

ANGÉLICA MADEIRA é doutora em Semiótica pela Universidade de Paris VII e professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília e do Instituto Rio Branco, MRE. Publicou artigos e ensaios em periódicos nacionais e estrangeiros sobre literatura e cultura brasileira e arte contemporânea. Em parceria com Mariza Veloso, publicou *Leituras brasileiras, itinerários no pensamento social e na literatura*, pela Editora Paz e Terra, 1999, reeditado em 2000. Editou a Revista *Sociedade e Estado* entre 1991 e 1995. Atualmente é diretora da Casa da Cultura da América Latina, do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília.

FÁBIO LUCAS é presidente da União Brasileira de Escritores, SP; ex-professor da Universidade de Brasília, ex-professor da Universidade Federal de Minas Gerais; ex-diretor do Instituto Nacional do Livro; autor de 34 obras de ensaios, sendo a última *Luzes e trevas – Minas Gerais no século XVIII*, pela editora da UFMG, Belo Horizonte, 1998.

FLÁVIO GOLDMAN é bacharel em Direito e diplomata de carreira, servindo atualmente na Embaixada do Brasil em Roma. O presente artigo foi elaborado a partir de sua monografia para a disciplina "Leituras Brasileiras" do curso para formação de diplomatas, do Instituto Rio Branco, MRE.

LÚCIA LIPPI OLIVEIRA é doutora em Sociologia, pesquisadora do CPDOC/Fundação Getúlio Vargas – RJ. Possui vários livros e ensaios sobre o pensamento social brasileiro e sobre as representações da identidade nacional. Publicou, dentre outros, *A questão nacional na 1ª República* (Ed. Brasiliense, SP, 1990), *A sociologia do guerreiro* (Ed. UFRJ, RJ, 1994) e *Americanos* (Ed. UFMG, 2000).

LUIZ TATIT é professor associado (livre-docente) do Departamento de Lingüística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Autor dos livros *A canção: eficácia e encanto* (Ed. Atual, 1986), *Semiótica da canção: melodia e letra* (Ed. Escuta, 1994), *O cancionista: composição de canções no Brasil* (Edusp, 1996) e *Musitando a semiótica: ensaios* (Ed. Anna Blume, 1997). Tatit é também compositor e, em sua atividade com o grupo Rumo, gravou seis LPs e dois CDs contendo 46 canções de sua autoria. Lançou, em 1997, o seu primeiro CD solo ("Felicidade") pela Dabliu, com mais 13 composições inéditas.

MARISA LAJOLO é professora titular do Departamento de Teoria Literária da Unicamp, foi professora visitante da Brown University, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e da Escola de Comunicações e Artes da mesma universidade. Tem vários trabalhos publicados sobre leitura e literatura (*A formação da leitura no Brasil*, 1996; *A leitura rarefeita*, 1991) e sobre história literária (*Negros e negras em Monteiro Lobato, apud Lendo e escrevendo Lobato*, 1999; *Regionalismo e história da literatura: quem é o vilão da história? Apud Historiografia brasileira em perspectiva* 1998). Seu livro *Do mundo da leitura para a leitura do mundo* ganhou o prêmio Jabuti (ensaio) em 1995.

MARIZA VELOSO é doutora em Antropologia e professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília e do Instituto Rio Branco, MRE. Autora de artigos e ensaios sobre cultura brasileira e patrimônio cultural e, em parceria com Angélica Madeira, publicou *Leituras brasileiras, itinerários no pensamento social e na literatura*, pela Editora Paz e Terra, 1999, reeditado em 2000.

MARY LUCY MURRAY DEL PRIORE é professora de História do Brasil Colonial nos Departamentos de História da USP e PUC/RJ. Autora de 14 livros sobre o período, foi duas vezes vencedora do prêmio Casa Grande & Senzala, outorgado pela Fundação Joaquim Nabuco, e do Prêmio Jabuti para obra de relevo em Ciências Sociais. Colabora com revistas científicas nacionais e internacionais, além de manter uma crônica mensal no jornal *O Estado de S. Paulo*.

MURILO F. GABRIELLI é bacharel em Administração de Empresas e diplomata de carreira. Teve experiência como jornalista na Folha de S. Paulo e, atualmente, trabalha na Assessoria de Comunicação Social do Ministério das Relações Exteriores. O presente artigo foi elaborado a partir de sua monografia para a disciplina "Leituras Brasileiras" do curso para formação de diplomatas do Instituto Rio Branco, MRE.

ROBERTO VENTURA é professor de Teoria Literária e Literatura Comparada na Universidade de São Paulo. Foi coordenador da área de história cultural do Instituto de Estudos Avançados da USP de 1993 a 1994. É autor de *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bonfim* (São Paulo, Moderna, 1984, com Flora Süssekind), *Escritores, escravos e mestiços em um país tropical* (Munique, W. Fink, 1987) e *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil* (São Paulo, Companhia das Letras, 1991).

WILLI BOLLE é professor de Literatura na Universidade de São Paulo. É autor, entre outras publicações, de *Fisiognomia da Metrópole moderna. Representação da história em Walter Benjamin* (São Paulo, Edusp, 1994) e de vários estudos sobre a obra de Guimarães Rosa.

CRÉDITOS DAS IMAGENS

1. Lopo Homem.
Atlas náutico português, dito Miller. "Hec est universi orbis ad hanc usque diem cogniti tabula...", 1519. Pergaminho, 42 x 59 cm.
Coleção Marcel Destombes. XVII Exposição Européia de Arte, Ciência e Cultura. Jerónimos I. Os Descobrimientos portugueses e a Europa do Renascimento. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa, 1983.
2. João Teixeira - cosmógrafo de Sua Majestade.
Descrição de toda a costa da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamão Brasil, 1642. Pergaminho.
XVII Exposição Européia de Arte, Ciência e Cultura. Jerónimos I. Os Descobrimientos portugueses e a Europa do Renascimento. Presidência do Conselho de Ministros. Livraria do Conde de Redondo. Lisboa, 1983.
3. Coração de Jesus.
MA, sem data. Madeira policromada e dourada, 97 x 78 x 10 cm.
Herança Barroca. Palácio do Itamaraty, Brasília, DF. Fundação Armando Álvares Penteado. Catálogo da exposição, 1997. Curadoria de Maria Isabel Branco Ribeiro, SP. Foto de Fernando Silveira.
4. Nossa Senhora da Conceição Missioneira.
Missões, RS, séc. XVIII. Cedro, 108 x 45 cm.
Herança Barroca. Palácio do Itamaraty, Brasília, DF. Fundação Armando Álvares Penteado. Catálogo da exposição, 1997. Curadoria de Maria Isabel Branco Ribeiro, SP. Foto de Ricardo Moure Neto.
5. Nicolas Antoine Taunay.
Morro de Santo Antônio em 1816. 1817-1818 c.
Óleo sobre tela, 45 x 56,5 cm.
O Brasil dos Viajantes. Volume 3, A Construção da Paisagem. Ana Maria de Moraes Belluzzo. Fundação Odebrecht, 1994.
6. Jean Baptiste Debret.
Marimba. Passeio de domingo à tarde, 1826. Aquarela sobre papel, 17,2 x 22,3 cm.
A Forma Difícil - Ensaio sobre arte brasileira, de Rodrigo Naves. Editora Ática, 1996. Museu da Chácara do Céu, Rio de Janeiro.
7. Almeida Júnior.
O violeiro. 1899. Óleo sobre tela, 141 x 172 cm.
A Forma Difícil - Ensaio sobre arte brasileira, de Rodrigo Naves. Editora Ática, 1996.

8. Maria Martins.
A soma de nossos dias, 1954/55. Sermolite e estanho, 330,9 x 190,7 x 64,9 cm.
Acervo Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, SP.
9. Humberto Mauro.
Favela dos meus amores, 1955.
Enciclopédia do Cinema Brasileiro. Organizadores: Fernão Ramos e Luís Felipe Miranda.
10. Poty.
Ilustrações para o livro Sagarana, de João Guimarães Rosa, 1958.
Sagarana, Editora José Olympio.
11. Hélio Oiticica.
Metaesquema, 1958. Guache sobre papel, 0.55 x 0.64 m.
A forma difícil – ensaio sobre a arte brasileira, de Rodrigo Novaes. Editora Ática, 1996.
12. Nelson Pereira dos Santos.
Vidas secas, 1963.
Arquivo F. Canosa.
13. Rogério Duarte.
Cartaz para o filme "Deus e o Diabo na Terra do Sol", de Glauber Rocha, 1963.
14. Rubem Valentim.
Objeto emblemático 4, 1969. Madeira recortada e pintada, 208 x 79 x 73 cm.
Escultura brasileira, perfil de uma identidade. Exposição realizada no BID, Washington, DC, e Banco Safra, SP. Idealização e coordenação de Elcior Ferreira de Santana Filho e curadoria de Emanuel Araújo, Banco Safra, 1997.
15. Oswald Goeldi.
Pescador, tiragem póstuma, 1970. Xilogravura, 25 x 36 cm.
Roberto Pontual. Entre dois séculos – arte brasileira do século XX na Coleção Gilberto Chateaubriand/MAM, RJ, Editora JB.
16. Athos Bulcão.
Painel de azulejos, 1983. Palácio do Itamaraty, Anexo. Brasília.
Athos Bulcão 80 anos. Projeto Pinacoteca no Parque. Pinacoteca de São Paulo, 1998.
17. Amílcar de Castro.
Sem título, 1983. Nanquim sobre papel, 106 x 76 cm.
Radha Abramo. *A cor e o desenho do Brasil.* Ministério das Relações Exteriores, Petrobras e Varig. Organização Centro Brasileiro de Projetos de Arte – CBPA, 1984.

18. Glauco Rodrigues.

Samba enredo, 1975. Óleo sobre madeira, 80 x 100 cm.

Coleções de Brasília. Acervos do Banco do Brasil, Banco Central e Caixa Econômica Federal. Palácio do Itamaraty. Ministério da Cultura, 1995.

19. Leonilson.

34 com scars, 1991. Acrílico, bordado, tela, 41 x 31 cm.

LAPIZ – Revista Internacional de Arte. Ano XVI. Números 134-135. Espanha, 1997.
Col. Theodorino Torcuato Dias e Carmen Bezerra Dias, São Paulo.

20. Leda Catunda.


Duas bocas, 1994. Acrílico sobre tela, 225 x 207 cm.

LAPIZ – Revista Internacional de Arte. Ano XVI. Números 134-135. Espanha, 1997.
Coleção Galeria Camargo Vilaça. Foto: Eduardo Ortega.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Amílcar de Castro, Ana Resende, Bené Fonteles, Berê Bahia, César Oiticica Filho, Editora José Olympio, Fundação Athos Bulcão, Glauco Rodrigues, Leda Catunda, Lia Alencastro, Márcia Santana Pereira do Santos, Roberto Leite, Rogério Duarte, Sérgio Moriconi, Wagner Barja.





tivas, por exemplo, à identidade, à alteridade, ao erudito e ao popular, ao papel da cultura na construção da nacionalidade. Questões capazes de nos fazer redescobrir o país, iluminando, e ao mesmo tempo alimentando, nossa mais antiga obsessão coletiva, a de tentar decifrar o enigma Brasil.

Janaína Amado

Textos de

Fábio Lucas

Flávio Goldman

Lúcia Lippi Oliveira

Luiz Tatit

Marisa Lajolo

Mary del Priore

Murilo F. Gabrielli

Roberto Ventura



Willi Bolle

e de

Angélica Madeira

e Mariza Veloso

(organizadoras)



A diversidade dos textos publicados nesta coletânea revela uma busca deliberada de criar novas conexões entre abordagens históricas, sociológicas e literárias de narrativas que se inserem nessa tradição de "retratos do Brasil".

Identidade e alteridade constituem um par produtivo na permanente e obsessiva tarefa de construir a nação. O que se repete nessa fala engasgada, que ora afirma ora nega a singularidade dessa construção? Que discurso é esse que não pára de questionar seus pressupostos e de questionar-se a si mesmo?

Evidencia-se assim como o processo de construção histórica de uma nação é acompanhado pela emergência de narrativas que formam as várias camadas de sentido e que, ao admitirem múltiplas leituras, de acordo com os interesses e as preocupações de cada geração, vão contribuindo para tornar mais denso o campo de estudos sobre o Brasil.

Código EDU: 303399

ISBN 85-230-0606-0



9 788523 006068